

Inquérito Civil n. 06.2019.00003221-1

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, Dr. **Marcionei Mendes**, designado COMPROMITENTE, e **KASA CAFE PIZZARIA & SNACK-BAR LTDA**, inscrito no CNPJ n. 13.976.554/0002-51, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 678, centro, no município de Xanxerê, representado neste ato pelo representante legal, conforme contrato social acostado aos autos, **CLEDERSON CHULA FERRAZ**, portador do RG n. 4.384.545, inscrito no CPF n.043.274.529-71, residente e domiciliado na Rua Candido Teston, 743, apto 22, Centro no município de Xaxim/SC, telefone (49) 98882-2112, e-mail: cakacafe@hotmail.com, designado COMPROMISSÁRIO, conforme procuração acostada aos autos:

**Considerando** que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos e coletivos relativos à infância e à adolescência (art. 201, V, ECA) e zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (art. 201, VIII, ECA);

**Considerando** que é "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (art. 227, *caput*, CF);

**Considerando** que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos

## 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

seus direitos fundamentais" (art. 5º, ECA);

**Considerando** que a criança e o adolescente são amparados pelo direito de cidadania e, principalmente, pelo princípio maior, insculpido no dispositivo 1º da Lei n. 8.069/90, do qual floresce toda a estrutura da doutrina da proteção integral, concepção sustentadora do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**Considerando** que "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente" (art. 70, ECA);

**Considerando** que o artigo 81, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que é proibida a venda à criança e ao adolescente de bebidas alcoólicas;

**Considerando** que é crime a venda, de qualquer forma, a criança ou a adolescente de bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, punido com detenção de 2 a 4 anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave (art. 243, ECA);

**Considerando** que é infração administrativa o descumprimento da proibição de venda de bebidas alcoólicas à criança e ao adolescente, punida com pena de multa de R\$ 3.000,00 a R\$ 10.000,00, além da medida administrativa de interdição do estabelecimento comercial até o recolhimento da multa aplicada (art. 258-C, ECA);

**Considerando** que o estabelecimento compromitente não consiste em empresa de grande porte e que ao concordar com os termos do presente ajuste deverá envidar esforços para que não haja comercialização de bebida alcoólica para crianças ou adolescentes, o que em contrapartida possibilita a aplicação de medida compensatória em quantia inferior ao mínimo estabelecido no artigo 258-C do Estatuto da Criança e do Adolescente levando-se em conta parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade;

**Considerando** que o artigo 1º, §2º, do Ato n. 395/2018/PGJ estabelece acerca da possibilidade de instauração de Inquérito Civil para apurar fato que constitua lesão ou ameaça a interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público;

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê**

**Considerando** que os artigos 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ estabelece a possibilidade de o Ministério Público firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a finalidade de adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração;

**Considerando** que esta Promotoria de Justiça tomou conhecimento, por meio de processo judicial que tramita em segredo de justiça, que no dia 31/03/2019 a atendente do estabelecimento Kasa Café Pizzaria & Snack-Bar Ltda, Sra. Maristela Maria Bazzi efetuou a venda de bebida alcoólica, consistente em cerca de sete garrafas long neck de cerveja, para o adolescente J.C.P. (17 anos na data dos fatos) sem ter adotado qualquer cautela para evitar a comercialização de bebida alcoólica para menores de 18 anos;

**RESOLVEM** celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

1) O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não vender bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, devendo exigir documento de identificação com foto em todas vendas desta natureza, salvo evidente maioridade;

2) O COMPROMISSÁRIO compromete-se a efetivar treinamento/orientação para os funcionários do estabelecimento comercial, a fim de garantir que todos cumpram a obrigação de não vender bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes (menores de 18 anos de idade) no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, devendo comprovar a realização do treinamento/orientação para este Órgão de Execução no prazo acima estabelecido por meio de ata devidamente assinada pelos funcionários e pelo instrutor;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

O COMPROMISSÁRIO, a título de medida compensatória, doará o valor de **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)** ao Fundo Municipal da

## **1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê**

Infância e Juventude de Xanxerê, por meio de depósito na conta bancária n. 38568-9, Agência n. 0586-x, do Banco do Brasil, conforme autoriza o art. 29, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ, em 3 (três) parcelas de R\$500,00 (quinhentos) com vencimentos nos dias 30/08/2019, 30/09/2019 e 30/10/2019.

Parágrafo Único: **Para fins de comprovação desta obrigação, o COMPROMISSÁRIO entregará cópia do comprovante de depósito nesta Promotoria de Justiça no máximo 5 (cinco) dias após cada pagamento.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual contra o compromissário, no que diz respeito aos itens ajustados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA MULTA E DA EXECUÇÃO**

1. O não-cumprimento do ajustado na Cláusula Primeira implicará na responsabilidade do COMPROMISSÁRIO do pagamento de multa pecuniária no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), valor a ser definido pelo membro do Ministério Público de acordo com a gravidade da irregularidade identificada, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal, nos termos do artigo 25, §3º, do Ato n. 395/2018/PGJ<sup>1</sup>.

**2. Além da multa pecuniária, o descumprimento de qualquer dos itens ajustados acarreta a execução judicial das obrigações de fazer correspondentes.**

3. A multa pecuniária deverá ser recolhida em favor do Fundo Municipal da Infância e Juventude de Xanxerê, por meio de depósito na conta bancária n. 38568-9, Agência n. 0586-x, do Banco do Brasil, conforme autoriza o art. 29, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ, **devendo o COMPROMISSÁRIO apresentar nesta Promotoria de Justiça o comprovante de depósito no**

<sup>1</sup> Art. 25 [...]

§3º A celebração do Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.

**prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação.**

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

Por fim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 03 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 6º da Lei nº 7.347/85.

Xanxerê, 30 de julho de 2019.

*[assinado digitalmente]*  
**MARCIONEI MENDES**  
**Promotor de Justiça**

**CLEDERSON CHULA FERRAZ**  
**KASA CAFE PIZZARIA & SNACK-BAR LTDA**

Testemunhas:

**Glaucia Cristina da Cunha**  
**Assistente de Promotoria**

**Daiane Calza**  
**Assistente de Promotoria**

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê**

**Inquérito Civil n. 06.2019.00003221-1**

Nesta data, o abaixo assinado toma ciência da promoção de arquivamento exarada nestes autos, diante da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta.

Xanxerê, 30 de julho de 2019.

*[assinado digitalmente]*  
**MARCIONEI MENDES**  
**Promotor de Justiça**

**CLEDERSON CHULA FERRAZ**  
**KASA CAFE PIZZARIA & SNACK-BAR LTDA**